

Ação suspeita

A legalização de terras públicas é questão das mais complexas e delicadas no Distrito Federal. Por essa razão, arrasta-se há anos e abrange, em seu equacionamento, múltiplos aspectos.

Há a questão ambiental, que envolve invasão de áreas verdes, especialmente as próximas às nascentes dos rios; há as terras que se situam em áreas de interesse urbanístico; há a especulação criminosa, via grilagem, que não pode ser tolerada, sobretudo quando se trata do patrimônio público; há as invasões chiques, que modificam o traçado urbano da cidade — e assim por diante.

Essas e outras circunstâncias justificam o fato de assunto de tamanha magnitude e que envolve o interesse legítimo de tanta gente — cidadãos honestos e trabalhadores, que aspiram ao elementar direito de residir — demandar tempo para ser equacionado. Sabe-se que considerável número de brasilienses ocupa áreas perfeitamente adequadas para abrigar residências e que, em função da inoperância burocrático-administrativa, não tiveram seu uso regulado pelo governo.

Outros ocupam áreas privadas cuja regularização depende de solução global para o problema. Essa ocupação informal, em tais casos, justifica-se pela ausência de alternativas por parte do Estado para a premente

questão habitacional. Brasília cresceu mais que a capacidade de seus administradores de prever e prover.

Subitamente, porém — e ao apagar das luzes da atual administração —, a surpresa: a Câmara Legislativa aprova lei que concede plenos poderes ao governador Joaquim Roriz para legislar sobre áreas públicas em todo o Distrito Federal.

Há algumas perguntas inevitáveis em torno de semelhante decisão: se essa era a saída para o problema e se existem dúvidas a respeito, por que a Câmara Legislativa não a enxergou antes? Por que somente agora, quando o poder está para ser transmitido no Distrito Federal — e o futuro governador tem notória divergência de pontos de vista com a administração que se retira —, tal solução é engendrada?

Não há como negar razão ao governador eleito, Cristovam Buarque, quando coloca sob suspeita o projeto recém-aprovado. Assunto de tamanha gravidade, com desdobramentos múltiplos do ponto de vista político-administrativo, não pode ser enfiado goela abaixo de um governo duas semanas antes de empossar-se.

É um desrespeito aos eletores que apostaram nas urnas em outra proposta para a cidade. A decisão deve ser revista, em nome do bom senso.